

CAPÍTULO I | Arqueologia Ambiental sob a tutela da Cultura: uma experiência com 20 anos, um desafio para a nossa Arqueologia

■ JOSÉ EDUARDO MATEUS* ■

Um Património mais Pleno de Sentidos

Contrastando com os nossos monumentos de pé, cujo espaço ainda habitamos e revivemos (de forma reciclada), os sítios arqueológicos são em geral parcelas de um território humano enterrado e esquecido sob solo florestal, agrícola, ou urbano. Trata-se assim de um património imprevisível, abandonado, um recurso ainda “bruto”, embora precioso para a reconstituição do nosso referencial de identidade cultural que se empobrece rapidamente.

Identificar *sítios* é apenas o preâmbulo desta actividade produtiva de Cultura. O património arqueológico não se produz na simples descoberta, mas no exercício da desmontagem, registo, e sobretudo na “remontagem” dos testemunhos. Dar forma e conteúdo a fragmentos do nosso território de hoje, enquanto *novos monumentos da nossa passada existência* constitui um desafio à nossa criatividade técnica, científica, e cultural. A Cultura Material de outrora preservada no registo arqueológico deve ser reconstituída na sua expressividade de “obra”, enquanto forma (estrutura) que esteve viva, que funcionou, na sua *viabilidade / criatividade* ecológica, económica, social, espiritual. Só desta forma se produz ciência e património.

Falamos em prole de uma Arqueologia Contextual no seu duplo sentido Processual e Pós-processual. Por cá, nós os arqueólogos, continuamos a ignorar simplesmente mais de metade do conteúdo informativo do nosso *objecto* — o *registo material das antigas sociedades humanas*. O caixote de fragmentos líticos e cerâmicos, e os desenhos esboçados dos perfis dos muros que desventramos constituem na esmagadora maioria a totalidade do espólio base das intervenções, um potencial científico-cultural muito pobre, dado que muitas das vezes se constitui na destruição (ignorante e involuntária) do **registo arqueoespacial, arqueobiológico, e arqueogeológico** — suportes privilegiados da teia escondida da inteligibilidade dos nossos antigos habitats.

A razão é já conhecida de todos. A formação dos arqueólogos no nosso país é profundamente deficitária nos domínios das *ciências do passado* — as que permitem identificar, registar, desmontar, e recuperar os testemunhos de forma integrada e contextualizada. Antes de se constituírem como “artefactos” (leia-se de forma grosseira “peças de arte”), os registos são entidades geológicas, pedológicas, ecológicas, biológicas, cuja articulação espacial (reflexo material da sua funcionalidade) se preserva no “solo arqueológico” — uma parcela do ecossistema onde um metabolismo natural preserva, processa, e consome a informação.

De notar que estamos a falar de *identificação, registo, e desmontagem* — aspectos a montante do processo de re-criação do património arqueológico. A juzante, ao nível da *remontagem*, as ciências do passado voltam a ser essenciais. A natureza “cultural” dos artefactos e estruturas só se completa e exprime (para além do formalismo tipológico cru), quando emanando da sua natureza “natural”, revelada pelas técnicas e linguagens das Ciências Exactas e da Natureza. Composição elementar, origem espacial da matéria prima, cronologia, tecnologia de

fabrigo e uso, funcionalidade económica, viabilidade ecológica, constituem aspectos desta contextualização “natural”, a promover após a escavação.

Acresce nesta visão duplamente natural e cultural do Património Arqueológico o facto dos sítios arqueológicos frequentemente funcionarem como “arquivos de imagens” do espaço envolvente, permitindo um acesso ao **Território Antigo**, à sua fisiografia, à sua ecologia, aos seus recursos potenciais e explorados, à sua funcionalidade económica, à sua estruturação espacio-cultural. Evoca-se aqui uma visão integrada de sítios, uma macro-escala acessível pelas Ciências do Território.

Este “contexto natural” (arqueambiental e espacial), tem sido esquecido e mesmo destruído no nosso país. É esta a razão pela qual retemos hoje um património histórico-cultural **único, mas profundamente desvalorizado**, face ao panorama internacional.

Neste sentido é hoje fundamental instituir as **arqueociências** num programa nacional tutelado pelo Ministério da Cultura.

Não se trata apenas da necessidade de desenvolver a Arqueologia Ambiental no âmbito lato da Nossa Arqueologia — tarefa que deverá envolver também universidades, câmaras, privados, e o próprio Ministério do Ambiente — mas simplesmente de assegurar o cumprimento de objectivos primários, nacionais e de responsabilidade governamental: **identificar, inventariar, e assegurar a preservação** do nosso património. Afinal uma tarefa que irremediavelmente terá que passar por um programa científico coerente.

O Laboratório de Paleoecologia – um dos Antecedentes do Programa CIPA

No entanto, estas preocupações são já antigas e partilhadas por muitos. Recordamos que tudo começou em 1980 com a dupla tomada de posse de Francisco Alves como director do MNAE (Museu Nacional de Arqueologia) e do Departamento de Arqueologia do IPPC.

Com o então designado **Laboratório de Paleoecologia** (Fig. 1-1) procurava montar-se um serviço laboratorial para a investigação em Paleoecologia Arqueológica, área de interface entre as Ciências Naturais e a Arqueologia. A responsabilidade deste programa recaiu precisamente sobre o autor destas linhas, ao qual se juntaram mais tarde três colaboradores, Paula Fernanda Queiroz (bióloga), Maria João Coutinho (arqueóloga) e Fernando Real (geólogo), os dois últimos ligados ao embrião de dois sectores (arqueozoologia e geoarqueologia).

Embora sem reconhecimento orgânico formal o Laboratório de Paleoecologia esteve previsto no projecto de lei orgânica do MNA e consignado na “Proposta de Criação de um Centro Nacional de Investigação Interdisciplinar em Arqueologia”, da autoria de um grupo de especialistas designado pelo então Secretário de Estado da Cultura.

Graças ao apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, a um protocolo com o Museu Botânico (U.L.), e a um programa de cooperação com a Universidade de Utreque (Holanda), a área de Arqueobotânica pôde florescer em torno de dois doutoramentos (JEM e PFQ) versando a Paleoecologia da Paisagem Portuguesa — teses orientadas respectivamente por Cornelius Roelof Janssen (Utreque) e Fernando Mangas Catarino (Lisboa).

Em 1995, com a criação do IPM, tornou-se nebulosa a definição institucional do “Laboratório de Paleoecologia” no MNA pelo que foi então assinado um protocolo com o Museu Botânico da U.L. que permitiu a passagem desta unidade para a alçada do Museu Nacional de História Natural (M.N.H.N.).

Esta estada na U.L. (sob a tutela de Fernando Catarino) foi prolífera: Aumentou a equipa e novas áreas de investigação no âmbito das ciências do passado e do território foram desen-

volvidas; O LP consolidou a sua cooperação em programas internacionais e nacionais; Formou-se gente em áreas carentes e inéditas entre nós; Enfim, foi também crescendo o apetrechamento da unidade quer em equipamento laboratorial, informático, e de microscopia, quer em estruturas documentais e colecções de referência.

Nos finais de 1999 o **Laboratório de Paleoeecologia** regressou ao Ministério da Cultura. Através de novo protocolo *IPA - Museu Botânico* foi possível recuperar integralmente o conjunto da equipa, apetrechamento, projectos, e colecções de referência, em crescimento desde 1980. Foi um dos primeiros passos para o PROGRAMA CIPA, promovido por João Zilhão e Monge Soares, que neste domínio contaram com o empenho comprometido dos Ministérios da Cultura e da Ciência. Juntava-se entretanto à arqueobotânica e paleoecologia (com José E. Mateus, Paula F. Queiroz, e Wim van Leeuwarden) um novo grupo para a zoo-arqueologia (Simon Davis e Marta Moreno-García), recrutado através de concurso internacional, e que dado o seu currículo e “*know-how*” pôde em três anos reconstituir um laboratório de zoo-arqueologia integralmente apetrechado, operacional, e de nível europeu. Davam-se ainda passos fundamentais para mais três áreas — paleobiologia humana, geo-arqueologia, e paleotecnologia com a participação de Cidália Duarte, Diego Angelucci, Thierry Aubry, Francisco Almeida e Ana Cristina Araújo (Fig. 1-2).

Vislumbrando agora mais de vinte anos de percurso pelas Arqueociências, reconhecemos que estamos em presença de um processo institucional e técnico-científico historicamente semelhante e paralelo ao que ocorreu com a Arte Rupestre e com a Arqueologia Naval e Subaquática no âmbito do MC (instâncias já organicamente consagradas). Sentimos no entanto o particularismo de se envolver necessariamente uma ligação ao estatuto regulamentado da investigação científica (com o seu sistema de bolseiros, orientadores, e prestação de provas), e aos meios académicos — articulação que é naturalmente crucial, mas pouco usual no âmbito do Ministério da Cultura. Resta-nos o mesmo comprometimento com o património arqueológico deste país.

Novos Desafios do Programa “Paleoecologia Humana e Arqueociências” do IPA

O programa “Paleoecologia Humana e Arqueociências” do IPA (*vulgo* “CIPA”), cujo retrato se esboça nesta monografia, toma forma em torno de disciplinas de âmbito arqueobiológico (arqueobotânica, arqueozoologia, e osteologia humana), e geoarqueológico, mas conta ainda com áreas mais estritamente arqueográficas, que directamente equacionam a antiga exploração dos recursos e a sua transformação — falamos da paleoeconomia, da arqueologia espacial, do estudo das matérias-primas, da arqueotecnologia e da arqueologia experimental. Foi ainda desenvolvida uma área de Sistemas de Informação Geográfica e Infografia, na sua aplicação específica à Arqueologia. O programa conta ainda com uma colaboração com o ITN (Instituto Tecnológico e Nuclear), instituição central responsável pelo desenvolvimento da Arqueometria (Física e Química dos materiais arqueológicos).

Como se torna evidente neste volume, estamos felizmente já muito longe de uma simples junção de geólogos, botânicos e zoólogos, ávidos da sua contribuição disciplinar para a arqueologia. Tem-se produzido ao longo de todos estes anos um novo corpo disciplinar de ciência arqueológica centrado sobre o território dos homens, num espaço transdisciplinar que se constrói a meio caminho entre o cultural e o natural. Este reformulado programa do Ministério da Cultura, assenta agora numa equipa integrada de especialistas (arqueólogos ambientais, bio-arqueólogos, paleo-tecnologistas) num novo comprometimento alargado e enriquecido com a cultura material de outrora.

O Laboratório de Paleoecologia

Antecedentes do programa CIPA



> Entre 1980 e 1995 o *Laboratório de Paleoecologia* encontrava-se localizado no piso superior do edifício do Museu Nacional de Arqueologia, ala poente dos Jerónimos, ocupando uma área de cerca de 130 metros quadrados.

Contava com três gabinetes de trabalho (incluindo áreas de microscopia óptica e colecções de referência), uma área laboratorial (laboratório de análise de sedimentos, abertura e tratamento de “cores” e uma área reservada para realização de concentrações polínicas), e uma área de armazenamento de amostras. O apetrechamento instrumental do *LP* (microscópios, lupas, estufas,...) e a instalação das infra-estruturas (mobiliário, circuitos de água e electricidade,...) foram inteiramente suportados pelo orçamento do MNA.

> A partir de 1995, e até final de 1999, com a realização de um protocolo de colaboração entre o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Laboratório e Jardim Botânico (Museu Nacional de História Natural), o *Laboratório de Paleoecologia* foi transferido para o MLJB.

Aqui o *LP* contou com duas salas onde foram instaladas as áreas de microscopia óptica (identificação e contagem de micro e microfósseis) e informática (SIG e análise de imagem). Contou ainda com duas zonas laboratoriais, uma para abertura e tratamento de “cores” e um pequeno laboratório de concentração polínica, e uma zona para armazenamento de amostras e equipamentos. A actualização e desenvolvimento do apetrechamento instrumental do *LP* nesta fase resultaram de projectos europeus e nacionais no âmbito de programas de I&D da CE (DG XII e XI), da FCT, e do PAMAF.

FIG. 14 – O Laboratório de Paleoecologia. Antecedentes do programa CIPA. Imagens das instalações do LP no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Laboratório e Jardim Botânico

Programa CIPA

Laboratórios e infra-estruturas actuais no Instituto Português de Arqueologia



> Actualmente o Programa CIPA funciona predominantemente nas instalações do edifício anexo Este do Instituto Português de Arqueologia, que para esse efeito foi remodelado e arranjado provisoriamente. Aí conta com uma área de lavagem de materiais; uma zona de estudo e triagem de materiais comum aos diferentes laboratórios do CIPA; um laboratório de análise física e química de sedimentos; um gabinete de arqueozoologia; uma área de arqueobotânica com dois gabinetes de trabalho, (um gabinete de microscopia e uma área de arquivo de colecções botânicas); uma área de armazenamento de amostras e equipamentos.

Em duas pequenas áreas do edifício anexo Sul estão montados dois laboratórios de análise: um laboratório de preparação de esqueletos e um laboratório de concentração polínica.

No edifício central do IPA e no edifício anexo central, ocupa ainda três gabinetes de trabalho.



FIG. 1-2 – O programa CIPA: Laboratórios e infra-estruturas actuais.

Conforme se depreenderá do presente retrato houve que continuar a dar atenção especial ao apetrechamento, às coleções de referência, e à montagem de rotinas de análise. O facto é que na alvorada do século XXI, em dois séculos de “ciência moderna”, o país não foi capaz de se dotar de um conjunto básico de estruturas documentais essenciais às ciências do passado; Referimo-nos às coleções de esqueletos, de conchas, de madeiras, de pólen, de sementes e frutos, referentes à nossa Fauna e Flora. Quando as universidades e os seus museus de história natural (Lisboa, Porto, Coimbra) acordaram de uma longa letargia neste domínio, já no resto da Europa as biológicas descritivas estavam fora de moda, pelo que já não valia a pena. Em 20 anos, e sobretudo com este último esforço do IPA, tem-se colmatado felizmente esta lacuna. Invertem-se agora os papéis: caberá a este programa do MC, potenciar as suas novas coleções num apoio alargado às universidades, o que já está a acontecer.

Redes de Cooperação na Arqueologia Portuguesa

Prefigurando a sua vocação de instância central no âmbito da Cultura, e atestando a sua maturidade, o cerne do trabalho recaiu nestes últimos três anos e meio sobre o que se tem designado por PNTA – ARQUEOLOGIA AMBIENTAL.

Trata-se essencialmente de lançar as bases de uma rede alargada de cooperação técnica envolvendo os arqueólogos portugueses e o IPA com vista a valorizar as intervenções inscritas no Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos através do envolvimento da Paleoeologia Humana e das Arqueociências. Esta rede tem-se revelado útil a quatro níveis: Por um lado tem permitido que coleções exumadas de materiais orgânicos arqueológicos fossem finalmente objecto de estudo por parte de especialistas; por outro, tem promovido o reconhecimento da existência da informação arqueo-ambiental, arqueo-biológica e arqueo-espacial nos sítios, fontes para a sua contextualização; tem permitido equacionar estratégias mais informadas de desmontagem arqueológica com o reconhecimento da tafonomia específica dos locais, ou seja dos processos de formação, incorporação, processamento, e preservação dos registos; finalmente tem permitido contribuir para um enquadramento paisagístico e territorial mais robusto dos antigos monumentos, povoados e ocupações. Este conjunto de trabalhos dá corpo a uma série de relatórios técnicos, designada “*Trabalhos do CIPA*”, que conta actualmente com mais de 40 volumes sob a forma de pré-publicação (Fig. 1-3).

Nem tudo se encontra já completamente claro e transparente nesta cooperação alargada. Em primeiro lugar a panorâmica tristemente única do actual programa “CIPA”, num país onde quase não existe mais ninguém directamente envolvido nestas questões é uma verdadeira fatalidade. Seria essencial que surgissem equipas de arqueociências nas universidades, nos municípios, em empresas privadas, dado o colossal “programa mínimo de necessidades” que todos temos pela frente. O presente programa do IPA tem privilegiado um acolhimento aberto a todos os que o procuram como suporte ao seu próprio trabalho. Como se referiu no início deste texto resta muito a fazer a *jusante* da desmontagem arqueológica em programas de contextualização arqueoambiental fora do âmbito da tutela do MC. O nosso papel central é ainda muito recuado: *identificar, reconhecer, preservar, arquivar, compilar, reconstituir estratégias de estudo, demonstrar percursos, formar, promover as ciências arqueológicas como fonte de reconhecimento e valorização patrimonial* — de facto nada que se assemelhe a *Pesquisa Pura* institucionalmente desajustada.

Trabalhos do CIPA



> A partir de finais de 1999, os trabalhos realizados pela equipa do PROGRAMA CIPA, ao abrigo do programa de **cooperação com a comunidade arqueológica** e científica nacional, deram origem à produção de uma série de relatórios — os “TRABALHOS DO CIPA” — onde os resultados dos estudos são reportados.

Esta série de relatórios, embora constitua apenas uma pré-publicação formal dos resultados, encontra-se disponível para **consulta** na Biblioteca do Instituto Português de Arqueologia.

Até ao presente, a série integra **44 volumes**, cuja lista se encontra no Anexo 1.



FIG. 13 – Série de relatórios do programa CIPA, ao abrigo da colaboração com a comunidade arqueológica e científica nacional: Os “Trabalhos do CIPA”.

Outra eventual fonte de confusão, felizmente a dissipar-se, prende-se com a forma de cooperação “Arqueólogo cultural – Arqueólogo ambiental”. Ainda está bem enraizada a velha visão do “arqueólogo” que bate à porta do “especialista” com um saco na mão e uma pergunta na mente. De facto, essa visão ainda parcialmente verdadeira quando falamos da Arqueometria, é desajustada quando falamos de Arqueologia ambiental, da Paleobiologia, ou da Arqueologia espacial. Questionar o registo territorial ou biológico dos sítios envolve muitas das vezes uma verdadeira cooperação interdisciplinar desde o início do projecto, ou seja na escavação, ao longo da desmontagem, na própria “remontagem”. Isto porque o arqueólogo arqueoambiental contribui com o seu questionar específico, com a sua visão particular de ponto de vista, com a sua estratégia de leitura complementar, posicionamento esse que tende a envolver uma perspectiva também ela de natureza integrativa e global. É esta visão ampla que muitas vezes é entendida como uma intrusão, um intrometimento, uma forma de “concorrência”.

De facto há que reconhecer que devemos evoluir para projectos de valorização de sítios através da confluência de diversas arqueologias complementares, e que é mau manter a intervenção arqueológica como um programa estanque que se cumpre na escavação rápida, relatório pronto, e publicação sumária de perfis e espólio.

Há que aspirar pela publicação do contributo do arqueólogo-cientista na monografia dos sítios, como autor do “anexo técnico”, mas também de alguma forma como co-autor de uma síntese, eventualmente mais abrangente. Há que reciprocamente incentivar o surgimento de trabalhos extra-sítio, centrados no território, onde os “responsáveis” dos sítios, igualmente participem com anexos, e se revejam também na co-autoria das visões do espaço.

Enfim, há que favorecer as redes científicas no seio da arqueologia e combater a crónica “estanqueidade e exclusividade” do projecto arqueológico. Ser “dono” de um sítio arqueológico é sinal do amadorismo que ainda nos sufoca a todos. Responsabilidade científica significa antes do mais fazer partilhar, fazer diversificar as visões, promover articulações e integrações. Enfim, o novo desafio da Arqueologia no Plural.

Um Papel Importante na Formação, Divulgação, e na Promoção Disciplinar

Uma das prioridades tem sido a de procurar contribuir para colmatar importantes lacunas na formação técnico-científica dos arqueólogos e historiadores em Portugal, limitações que advêm de uma formação universitária muito deficitária nos domínios das Ciências Naturais e do Território. Reciprocamente, procura-se contribuir para uma maior consciência histórico-patrimonial no âmbito da protecção ambiental e gestão do território.

Esta acção ao nível da divulgação e formação nas áreas da Arqueologia Ambiental, Arqueobiologia e Arqueologia Espacial, que já hoje se concretiza por cursos intensivos de verão (Fig. 1-4), aulas e visitas guiadas, séries de conferências (Fig. 1-5), apoio a bolseiros, está a evoluir para programas de formação avançada, articulados com as Universidades e Escolas Superiores, e ainda para iniciativas no âmbito da divulgação mais abrangente (cursos de reciclagem, programas abertos de assessoria técnica complementados com edições de manuais e outras produções de divulgação técnico-científica). Enquadram-se aqui futuras acções de promoção das Ciências Arqueológicas e do Passado junto dos pré-universitários e universitários.

O prosseguimento de alguns projectos-piloto desenvolvidos pelo próprio IPA, em sítios arqueológicos de conservação excepcional constitui uma forma de testar, desenvolver, e aperfeiçoar novas técnicas de estudo, que poderão funcionar como programas de demonstração, de âmbito estruturante na Nossa Arqueologia.

Cursos de Pós-graduação

Cursos intensivos de formação - Arqueologia Ambiental, Arqueobiologia e Arqueologia Espacial

> Os cursos livres de pós-graduação AVECATA têm sido realizados durante cerca de 10 a 12 dias, durante o Verão, na Gruta da Avecasta, em Ferreira do Zêzere.

Para além dos membros dos diferentes laboratórios e núcleos do programa CIPA, os cursos têm contado com a colaboração de docentes de outras instituições (Faculdade de Ciências da U.L.; Faculdade de Letras da U.L.; ICN; ITN).

Foram frequentados por duas a três dezenas de participantes, licenciados, mestres e doutores (21 participantes na primeira edição, 36 na segunda), provenientes das áreas da Arqueologia, Biologia, Agronomia, Geologia e Física.

As aulas decorreram maioritariamente na Gruta da Avecasta, onde, para o efeito, foi criado um pequeno auditório no interior da gruta e foram montados no seu interior e nas imediações da dolina *ateliers* temáticos. A montagem dos *ateliers* implicou a instalação no local de bancadas com equipamentos específicos (computadores, microscópios, etc.).

∨ AVECATA 99:

Arqueologia e ecologia histórica da paisagem.
Partilhar a aventura transdisciplinar das ciências do passado.

1 a 12 de Setembro de 1999



∧ AVECATA 2001:

Espaço e quotidiano para além da ruína.
25 de Agosto a 2 de Setembro de 2001

FIG. 1-4 – Cursos de formação em Arqueologia Ambiental, Arqueobiologia e Arqueologia Espacial.



Conferências do CIPA:

Falar de Boca Cheia

CIPA Centro de Investigação em Paleociência Humana e Arqueociências

> Uma das preocupações da equipa que integra o programa CIPA tem sido a **divulgação** junto da **comunidade arqueológica** e científica nacional dos **trabalhos, temas** e novas **metodologias** no âmbito das **Ciências do Território e Arqueologia Espacial e Ambiental**.

A fim de contribuir para um maior diálogo científico, têm sido organizadas mensalmente **conferências** sobre variados temas, que têm contado com a apresentação de comunicações de arqueólogos e investigadores, nacionais e estrangeiros.

Pretende-se a realização de encontros **informais**, durante a hora do almoço, na última semana de cada mês, onde o “farnel” partilhado durante cerca de hora e meia, em conversa sobre um tema científico, convida à **participação** desinibida da audiência.



Conferências já realizadas:

| | | |
|------------|---|---|
| 26-10-2001 | <i>O Presente e o Passado. Comunidades Agro-Pastoris do Rif (Marrocos)</i> | Marta Moreno e Carlos Pimenta |
| 30-11-2001 | <i>Arqueologia em Terras do Fim do Mundo. Patagónia 2001</i> | Ana Cristina Araújo e Sónia Gabriel |
| 17-12-2001 | <i>Les Parures au Paléolithique Supérieur</i> | Francesco d'Érrico e Marian Vanhaeren |
| 18-01-2002 | <i>Some New Views of the Iberian Slate Plaques</i> | Katina Lillios |
| 25-01-2002 | <i>Sistemas de Informação e Gestão Arqueológica – Endovêlico</i> | Divisão do Inventário do IPA |
| 01-03-2002 | <i>Arqueologia ao Microscópio</i> | Diego Angelucci |
| 05-04-2002 | <i>De pedra em pedra – Sílex, pedra de fogo, pedra de talhe</i> | Thierry Aubry |
| 03-05-2002 | <i>O CNANS a Nu. Achegas a um retrato de família</i> | Francisco Alves |
| 28-06-2002 | <i>Uma Variante Marítima de Sepultura de Catástrofe. O caso do San Pedro de Alcântara</i> | Maria Luísa Blot |
| 31-10-2002 | <i>Gruta do Caldeirão. De quem foi a casa, da hiena ou do homem?</i> | Simon Davis |
| 28-11-2002 | <i>O Estatuto Social da Criança no Paleolítico</i> | João Zilhão |
| 30-01-2003 | <i>Luminescence Dating in Archaeology. What an Archaeologist Should Know</i> | Daniel Richter |
| 27-02-2003 | <i>(PEDRA + COLA) x (X + Y) = Operação potencialmente perigosa. Aplicação do Método das Remontagens Líticas a uma Superfície de Ocupação Gravettense no Abrigo do Lagar Velho</i> | Francisco Almeida |
| 24-04-2003 | <i>“Ao pó voltarás...”. Incinerações da Idade do Ferro no Monte da Tera, Pavia</i> | Cidália Duarte, Leonor Rocha e Vanda Pinheiro |

FIG. 15 – Ciclo de conferências “Falar de Boca Cheia”.

Uma Articulação Aberta e Abrangente com a Comunidade – Fonte de Criatividade, Intervenção Pública, e Financiamento.

O funcionamento do programa PALEOECOLOGIA HUMANA E ARQUEOCIÊNCIAS do IPA, embora ainda de natureza experimental, tem-se pautado por uma grande diversidade de formas de articulação com a comunidade, o que muito reduz as suas despesas inerentes e amplia o alcance social. Para além do programa PNTA – ARQUEOLOGIA AMBIENTAL, que constitui uma forma de *subsídio extra* ao próprio PNTA, (ainda por contabilizar...), para além das acções de formação científica, fontes de receita, ainda para além da participação em consórcios científicos nacionais e internacionais financiados por agências de promoção de I&D, tem-se procurado responder a muitas solicitações externas de assessoria técnica, as quais têm surgido de forma espontânea na ausência de qualquer marketing ou divulgação. Este conjunto de acções na área da prestação de serviços à comunidade, resulta da presença no IPA de “*know-how*” e infraestruturas tristemente únicas no País. Trata-se de uma área que tem funcionado como fonte preciosa de financiamento e de criatividade técnica-científica. Prefigura-se, enfim, uma dinâmica moderna de sustentabilidade institucional, ajustada a momentos de crise, e onde a contenção de despesas se aliará forçosamente à preservação da riqueza de investimento.

ANEXO I.I. Lista de títulos da série de relatórios “Trabalhos do CIPA”

| N.º | Ano | Título | Autores |
|-----|------|---|---|
| 1 | 1999 | Estudo paleobotânico do depósito conservado numa estrutura romana reaproveitada em período islâmico do núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, BCP/Lx. | P.F. Queiroz |
| 2 | 1999 | Estudo paleobotânico e paleoecológico dos depósitos argilo-turfosos da estação arqueológica da Praça do Município (sob antiga Patriarcal) | W. van Leeuwen, P.F. Queiroz, J.E. Mateus, C.M. Pimenta e J.P. Ruas |
| 3 | 2000 | Análise antracológica de restos carbonizados recolhidos nas Soengas de Coimbrões | W. van Leeuwen, P.F. Queiroz e J.P. Ruas |
| 4 | 2000 | Identificação de um conjunto de fragmentos de madeira da carga do navio "Ria de Aveiro A" | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 5 | 2000 | Estudo arqueobotânico do sítio da Ponta da Vigia (Torres Vedras) | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 6 | 2000 | Identificação de um conjunto de fragmentos de amostras de madeira recolhidas em elementos da estrutura da embarcação do Corpo Santo | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 7 | 2000 | Estudos de Arqueobotânica do sítio arqueológico da praia de Silvalde (Espinho) | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 8 | 2000 | Estudo arqueobotânico do Castelo de Silves | W. van Leeuwen, P.F. Queiroz e J.P. Ruas |
| 9 | 2000 | Estudo arqueobotânico do sítio da Malhada (Fornos de Algodres/Guarda) | W. van Leeuwen, P.F. Queiroz e J.P. Ruas |
| 10 | 2000 | Estudos de arqueobotânica no Outeiro dos Castelos de Beijós (Carregal do Sal) | W. van Leeuwen, P.F. Queiroz e J.P. Ruas |
| 11 | 2001 | Estudos de arqueobotânica na Alcáçova de Santarém | P.F. Queiroz, W. van Leeuwen e J.P. Ruas |
| 12 | 2001 | Estudos de Arqueobotânica na anta 2 de Santa Margarida/Reguengos de Monsaraz | P.F. Queiroz |
| 13 | 2001 | Estudos de arqueobotânica no Penedo dos Mouros | P.F. Queiroz e J.P. Ruas |
| 14 | 2001 | Animal bones from Alcácer do Sal, 1996 excavations | M. Moreno García e S. Davis |
| 15 | 2001 | Animal bones from Convento de São Francisco, Santarém, Silos 2, 3 and 4 | M. Moreno García e S. Davis |
| 16 | 2001 | Animal bones from Quadrado M22, Sé de Lisboa | M. Moreno García e S. Davis |

| N.º | Ano | Título | Autores |
|-----|------|---|---|
| 17 | 2001 | Estudos de arqueobotânica no convento de S. Francisco de Santarém | P.F. Queiroz |
| 18 | 2001 | O pastoreio e o mel nas serras da Estrela e da Malcata - Bases ecológicas para a valorização integrada e sustentada dos recursos da Beira Interior - Subprograma Mel (projecto PAMAF n.º 8178, relatório final) | J.E. Mateus, P.F. Queiroz, W. van Leeuwen, P.M. Mendes e F. Picasso |
| 19 | 2001 | Análise dos restos humanos do sarcófago tardo-romano de Monte-Novo-à-Rez (Ourique) | C. Duarte |
| 20 | 2001 | Faunal remains from 3 Islamic contexts at Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisbon | M. Moreno García e S. Gabriel |
| 21 | 2001 | Estudos de arqueobotânica no sítio neolítico de S. Pedro de Canaferrim, Sintra | P.F. Queiroz e J.E. Mateus |
| 22 | 2001 | Ossadas Humanas do convento das Bernardas (Madragoa, Lisboa). (Análise dos restos humanos exumados entre 1996 e 1999) | C. Duarte, F. Bragança, F. Neto e V. Pinheiro |
| 23 | 2001 | Estudos de arqueobotânica no Castelo de Mértola | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 24 | 2001 | Análise antracológica II – Soengas de Coimbrões (Vila Nova de Gaia) | W. van Leeuwen |
| 25 | 2001 | O Mel da Península de Setúbal – ensaio de caracterização polínica | P.F. Queiroz, J.E. Mateus, P.M. Mendes e W. van Leeuwen |
| 26 | 2001 | O Mel das Serras de Aire e Candeeiros – ensaio de caracterização polínica | P.F. Queiroz, J.E. Mateus, P.M. Mendes e W. van Leeuwen |
| 27 | 2002 | Estudos de Arqueobotânica em quatro estações pré-históricas do Parque Arqueológico do Vale do Côa | P.F. Queiroz e W. van Leeuwen |
| 28 | 2002 | Identificação da madeira do cabo da lança do Almonda | P.F. Queiroz |
| 29 | 2002 | Geoarqueologia dos sítios pré-históricos de Vale da Porta 2 e Vale da Porta 3 | D.E. Angelucci |
| 30 | 2002 | Estudos de Arqueobotânica na Anta 3 de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz) | P.F. Queiroz |
| 31 | 2002 | Estudo dos restos faunísticos da Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz) | M. Moreno García |
| 32 | 2002 | Identificação de um conjunto de fragmentos de carvão vegetal recolhidos na necrópole de Vale Feixe, Odemira | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 33 | 2002 | Estudos de Arqueobotânica no Concheiro de S. Julião (Mafra) | P.F. Queiroz e W. van Leeuwen |
| 34 | 2002 | Identificação de um conjunto de peças de madeira provenientes do estaleiro da Ribeira das Naus na Praça do Município (Lisboa) | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 35 | 2002 | Identificação de um conjunto de madeiras provenientes da estrutura dos navios recuperados no rio Arade | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |
| 36 | 2002 | Caracterização polínica de um conjunto de 20 amostras de mel da Beira Serra e Sicó | P.F. Queiroz, J.E. Mateus, P.M. Mendes e W. van Leeuwen |
| 37 | 2002 | Estudo dos restos faunísticos da Rua 5 de Outubro n.º 33 no Crato | M. Moreno García |
| 38 | 2002 | Estudos de Arqueobotânica no Poço dos Paços do Concelho (Torres Vedras) | P.F. Queiroz, J.E. Mateus, P.M. Mendes e W. van Leeuwen |
| 39 | 2003 | Anotações geoarqueológicas sobre o sítio de Belas Clube de Campo (Sintra) | D.E. Angelucci |
| 40 | 2003 | Geoarqueologia do Castelo da Lousa (Mourão) | D.E. Angelucci |
| 41 | 2003 | As estruturas em fossa de Praça Lima e Brito em Arraiolos: observações geoarqueológicas | D.E. Angelucci e V. Aldeias |
| 42 | 2003 | Ensaio de análise polínica dos depósitos silto-arenosos conservados no aqueduto Romano de Conímbriga, Condeixa-a-Nova | P.F. Queiroz, J.E. Mateus e R. Danielsen |
| 43 | 2003 | Estudos de arqueobotânica na quinta romana de Terlamonte, Covilhã | P.F. Queiroz, W. van Leeuwen e J.E. Mateus |
| 44 | 2003 | Identificação de um conjunto de material lenhoso carbonizado proveniente do povoado pré-histórico de Moreiros 2 (Arronches, Monforte) | W. van Leeuwen e P.F. Queiroz |

* (Instituto Português de Arqueologia - Coordenador do programa CIPA)